

+ Simples





AGORA, É LEI.

Silvia Pimentel

E ntrará em vigor a partir do ano que vem uma moderna Lei Geral da Micro Pequena Empresa, resultado de uma engenhosa articulação política coordenada pela Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE). A atualização do chamado Supersimples foi aprovada por unanimidade no Congresso Nacional e aguarda a sanção da presidente Dilma Rousseff. Com o aperfeiçoamento da legislação, ocorrido sete anos depois da última atualização, mais de 140 novas atividades ligadas ao setor de serviços poderão aderir ao regime tributário que unifica impostos federais, estaduais e municipais. Dentre os beneficiados estão profissionais da saúde,

fonoaudiólogos, jornalistas, advogados, corretores de imóveis e de seguros, entre outros.

O texto, aprovado no Senado na última quarta-feira, 16, é o PLC nº 60 – número que recebeu no Senado o PLP 221, aprovado na Câmara no início de maio – e foi votado exatamente como veio de lá. Nele, também são estabelecidas regras para o uso da substituição tributária do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas transações das micro e pequenas empresas, além da simplificação dos procedimentos de abertura e fechamento de empresas. A partir de 2015, a única condição exigida

Com a aprovação do projeto pelo Senado, a partir do ano que vem o faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões passa a ser a única condição para o ingresso no regime tributário, independente da atividade desenvolvida.

As alterações respondem a uma aspiração de muitos anos da Associação Comercial de São Paulo

ROGÉRIO AMATO



para que uma empresa ingresse no Simples é que tenha faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões.

Parlamentares e representantes de entidades ligadas ao setor produtivo comemoraram a aprovação das mudanças, pois vão tornar o regime mais atrativo e justo, melhorando o ambiente de negócios das micro e pequenas empresas.

“As alterações feitas na legislação que protege as empresas que estão nascendo ou em desenvolvimento, às vezes num ambiente hostil, respondem a uma aspiração de muitos anos da Associação Comercial de São Paulo (ACSP)”, resume o presidente da ACSP e Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp), Rogério Amato. Na opinião do dirigente, a aprovação unânime é um fato histórico porque foi obtida por meio de um acordo

sem precedentes, que servirá de exemplo para outros temas igualmente importantes para o País. “Houve articulação de todos os lados e prevaleceu o bom senso”, disse.

ABERTURA DE PORTA

As mudanças no Simples Nacional não param por aqui. O ministro da SMPE, Guilherme Afif Domingos, reforça o compromisso assumido pelo governo de enviar ao Congresso uma proposta de revisão nas tabelas do regime tributário, incluindo a tabela 6, criada para contemplar os novos setores que poderão fazer a opção. “A partir da promulgação da lei, teremos 90 dias para apresentar um projeto de lei. A ideia é que seja analisado neste ano para entrar em vigor em 2015”, adianta.

O estabelecimento das diretrizes já



O ministério tem um olhar empresarial, com poder de formular políticas voltadas ao segmento.

GUILHERME AFIF

está em andamento. A revisão terá como base estudos realizados pela FGV-RJ, Fipe, Insper e Fundação Dom Cabral. Para o ministro, a revisão da Lei Geral é uma realidade porque houve um compromisso do governo federal de dar foco às micro e pequenas empresas. “O ministério tem um olhar empresarial, com poder de formular políticas voltadas ao segmento”, conclui.

O relator da matéria na Câmara dos Deputados, Cláudio Puty (PT-AC), afirma que a criação da SMPE teve papel decisivo na aprovação do texto. “Houve uma decisão da presidente de abrir um canal privilegiado com o Congresso, via secretaria. Foi a abertura de uma porta em nível de primeira escalão. Até então, a conversa era só com o ministério da Fazenda”, explica o parlamentar.

Na opinião dele, o aperfeiçoamento da nova legislação é resultado de um

amadurecimento institucional, o que levou a uma votação mais tranqüila. Quando o texto tramitava na Câmara, houve um amplo acordo para reduzir os destaques apresentados, sem o qual seria impossível aprovar as mudanças em tempo hábil para que entrassem em vigor a partir de 2015. Na condição de relator da matéria, o deputado afirma ter tirado algumas lições. “O tratamento de temas federativos no Brasil envolve paciência, pressão e capacidade de chegar a consenso”, conclui Puty.

Na opinião do deputado Pedro Eugênio (PT- PE), autor do projeto de Lei 237, que deu origem ao que foi aprovado no Congresso, e coordenador de várias reuniões e debates sobre a revisão da lei, as mudanças aprovadas significam uma verdadeira reforma tributária para as micro e pequenas empresas. “O Simples Nacional é uma



O Simples Nacional é uma lei viva. (...) Há uma série de medidas de simplificação muito importantes.

PEDRO EUGÊNIO

lei viva, criada em 2006, por uma iniciativa do Congresso Nacional. Essa é a quinta revisão de uma legislação que deu certo, porque revela inclusive quando e como precisa ser alterada”, afirma, ao lembrar que as mudanças não se resumem ao acesso irrestrito ao regime tributário e imposição de limites do uso da substituição tributária nas transações das micro e pequenas empresas. “O texto também veda a exigência de obrigações acessórias adicionais para o segmento. Outro ponto importante é a criação do cadastro único. Enfim, há uma série de medidas de simplificação muito importantes”, ressalta.

PLEITOS ATENDIDOS

Além da SMPE, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) contribuiu com sugestões e estudos para que a revisão fosse aprovada no Congresso. “Foi mais uma vitória que obtivemos em prol das micro e pequenas empresas. Com essa aprovação, mais de 140 atividades que hoje estão enquadradas no regime de lucro presumido passarão a ter o direito a aderir ao Supersimples, o que significa 450 mil pequenos negócios contemplados”, destaca o presidente do Sebrae, Luiz Barretto.

Houve uma decisão da presidente de abrir um canal privilegiado com o Congresso, via SMPE.

CLÁUDIO PUTY





O dirigente destaca as novas regras para o uso da substituição tributária a partir do próximo ano como as principais mudanças aprovadas. De acordo com ele, vão se beneficiar pelo fim dessa modalidade de cobrança do ICMS os pequenos negócios dos segmentos de vestuário e confecções, móveis, couro e calçados, brinquedos, decoração, cama e mesa, produtos óticos, implementos agrícolas, instrumentos musicais, artigos esportivos, alimentos, papelaria, materiais de construção, olarias e bebidas não alcoólicas.

Pelos cálculos do presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis no Estado de São Paulo (Sescon-SP), Sérgio Approbato Machado, em território paulista, dos cerca de 300 produtos sujeitos ao regime da substituição tributária, restarão 40 a partir de 2015. “Essa e as outras mudanças aprovadas foram um avanço importante, resultado de uma grande articulação política comandada pelo ministro Guilherme Afif Domingos”, disse. Outro ponto relevante incorporado ao texto é a possibilidade dada às micro e pequenas empresas de recorrerem ao mercado de capitais. “Essa novidade é espetacular porque será mais um instrumento para captar recursos”, resume. De acordo com Approbato, os principais pleitos da entidade durante a discussão da matéria no Congresso foram atendidos na revisão da lei.

Um avanço importante, resultado de uma grande articulação política comandada pelo ministro Guilherme Afif Domingos.

SÉRGIO APPROBATO
MACHADO



Foi mais uma vitória que obtivemos em prol das micro e pequenas empresas: 450 mil pequenos negócios contemplados.

LUIZ BARRETTO

Veja nas páginas seguintes as alterações da Lei Geral das Médias e Pequenas Empresas (LC 123/2006) que foram aprovadas por meio do PLC 60/14. Para melhor entendimento são mostrados, em detalhes, como são tratados hoje os diversos tópicos e como ficarão com as alterações.

ALTERAÇÕES DA LEI GERAL DAS MPE (LC 123/2006), APROVADAS NO PLC 60/14.

Proposta	Como é hoje	Como ficará
<p>Universalização do Simples Nacional.</p>	<p>Não podem optar pelo Simples as empresas prestadoras de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, as que prestam serviços de instrutor, de corretor, de despachante ou de qualquer tipo de intermediação de negócios, e as que realizam atividade de consultoria.</p>	<p>Passa a valer o critério do porte para a opção e não mais o da atividade exercida.</p> <p>Poderão ingressar no Simples Nacional a partir de janeiro de 2015, as empresas de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) medicina, inclusive laboratorial e enfermagem; 2) medicina veterinária; 3) odontologia; 4) psicologia, psicanálise, terapia ocupacional, acupuntura, podologia, fonoaudiologia e de clínicas de nutrição, de vacinação e bancos de leite; 5) fisioterapia; 6) advocacia; 7) serviços de comissaria, de despachantes, de tradução e de interpretação; 8) arquitetura, engenharia, medição, cartografia, topografia, geologia, geodésia, testes, suporte e análises técnicas e tecnológicas, pesquisa, design, desenho e agronomia; 9) corretagem; 10) representação comercial e demais atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros; 11) perícia, leilão e avaliação; 12) auditoria, economia, consultoria, gestão, organização, controle e administração; 13) jornalismo e publicidade; 14) agenciamento, exceto de mão-de-obra; 15) outras atividades do setor de serviços, que tenham por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural; 16) produção ou venda no atacado de refrigerantes, inclusive águas saborizadas gaseificadas; 17) produção ou venda no atacado de preparações compostas, não alcoólicas (extratos concentrados ou sabores concentrados), para elaboração de bebida refrigerante. <p>A medida deve beneficiar mais de 450 mil empresas, envolvendo 142 (cento e quarenta e duas) atividades.</p>

Proposta	Como é hoje	Como ficará
<p>Limitação da Substituição Tributária.</p>	<p>Quando foi estabelecido pela Lei Geral que a MPE pagaria o ICMS pelo faturamento e não pelo valor agregado, imediatamente as Fazendas estaduais implantaram o contragolpe, expandindo a substituição tributária antes restrita às cadeias econômicas homogêneas (cigarros, bebidas, pneus, combustíveis, sorvetes, etc.). Nessas cadeias, o preço final é conhecido e as margens também, portanto é racional a substituição.</p> <p>Ao generalizar a substituição tributária, os Estados afetaram cadeias heterogêneas, nas quais a estimativa de margens tornou-se arbitrária. Assim, além de eliminar os benefícios do Simples, passaram a impor uma carga tributária muito acima do critério anterior de recolhimento do ICMS pelo valor agregado.</p> <p>A substituição tributária anula os efeitos benéficos do Simples (unificação e simplificação). Além disso, repercute economicamente contra o pequeno, aumentando a sua carga tributária.</p>	<p>A proposta original da Câmara mantém a substituição tributária apenas para as cadeias econômicas homogêneas, cujos produtos já obedeciam a esse regime antes da criação do Simples Nacional.</p> <p>Todavia, foi aprovado no Senado em 29 de abril de 2014 o Projeto de Lei 323, de 2010, que autoriza a aplicação da substituição tributária a 49 (quarenta e nove) categorias de produtos e 1 (uma) modalidade de operação (porta e porta).</p> <p>No parecer final apresentado, foi acolhida parcialmente emenda em relação à proposta aprovada anteriormente na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. O substitutivo aprovado na comissão excluía praticamente todas as microempresas do Simples Nacional do regime de substituição tributária. Já o substitutivo aprovado no Plenário, reduziu esse universo devido ao impacto que a proposta causaria nas finanças estaduais.</p> <p>O Senador Armando Monteiro estimou que, atualmente, existem cerca de 1,5 milhão de empresas submetidas a esse regime e que, com a mudança, esse número ficaria reduzido a algo como 300 mil empresas.</p> <p>O projeto de lei aprovado na Câmara (PLP 221, de 2012) incorporou ao seu texto-base o conteúdo aprovado no Senado para a substituição tributária.</p>
<p>Criação do Cadastro Nacional Único.</p>	<p>O empreendedor é obrigado a comparecer a vários balcões para conseguir sua inscrição nos cadastros fiscais (da União, do Estado e do Município) e poder iniciar sua atividade.</p>	<p>O processo de obtenção das inscrições será unificado e o CNPJ será utilizado como identificador cadastral único pelas empresas.</p>

Proposta	Como é hoje	Como ficará
<p>Garantia de entrada única e processo integrado para simplificar a abertura e baixa de empresas.</p>	<p>O processo de abertura e baixa de empresas envolve diversas etapas e o comparecimento presencial em diversos órgãos e entidades da União, dos Estados e dos Municípios, com prazos e custos excessivos.</p> <p>Não há tratamento diferenciado para as MPE.</p>	<p>Sistema informatizado garantirá a execução de processo único de registro e legalização, pelo qual as empresas de qualquer porte poderão obter, em prazo reduzido, a permissão da Prefeitura para exercício de suas atividades no endereço indicado, o registro na Junta Comercial, a inscrição no CNPJ e nos fiscos estadual e municipal, assim como as licenças de funcionamento. A entrada única permitirá o uso de contratos e declarações eletrônicos, isto é, com o processo todo realizado pela internet.</p> <p>As inscrições fiscais estaduais e municipais serão extintas após a criação do novo sistema.</p> <p>O processo de abertura, registro, alteração e baixa da MPE deverá ter trâmite especial e simplificado, preferencialmente eletrônico, opcional para o empreendedor.</p>
<p>Garantia de tratamento simplificado para empresas com baixo grau de risco na obtenção de licenças e alvarás.</p>	<p>Apesar de garantido na Lei Geral das MPE, ainda não há implantação de processo simplificado para obtenção de licenças e alvarás em muitos Estados e Municípios, com dispensa de vistoria prévia, para as atividades de baixo risco.</p> <p>Um dos problemas é a ausência de classificação do risco pelos órgãos e entidades.</p>	<p>Na ausência de normas estaduais ou municipais sobre a classificação de risco será aplicada resolução do Comitê Gestor da Redesim.</p> <p>Isso garante ao empreendedor a obtenção da licença ou alvará mediante o simples fornecimento de dados e a substituição da comprovação prévia do cumprimento de exigências por declarações.</p>
<p>Facilitação da obtenção da licença ou alvará para o início da atividade de empresa – desvinculação da sua obtenção da regularidade do imóvel.</p>	<p>Uma das principais dificuldades para a obtenção de licenças ou alvarás é a vinculação da sua emissão à regularidade da edificação.</p> <p>Há capitais importantes nas quais mais de 80% dos estabelecimentos comerciais não possuem alvará pelo condicionamento a essa regularidade.</p>	<p>Nos casos de baixo risco, será possível permitir o licenciamento de atividade, com a concessão de prazo para a regularização da edificação.</p> <p>Os órgãos e entidades poderão, por exemplo, apenas exigir comprovação de condições de segurança e outras para a expedição de licença, diminuindo a informalidade e a corrupção.</p>

Proposta	Como é hoje	Como ficará
<p>Simplificação do processo para a baixa de MPE com dispensa da apresentação de certidões negativas.</p>	<p>A dispensa de apresentação de certidões negativas de débitos tributários para a baixa de MPE perante os órgãos de registro e cadastro somente está garantida após o prazo de um ano do fim das suas operações.</p>	<p>A MPE poderá pedir a baixa de seus registros e inscrições imediatamente após o encerramento das suas operações, sem a necessidade de apresentar certidões negativas de débito.</p> <p>Caso sejam identificados débitos tributários posteriormente, como já previsto na regra atual, os sócios serão responsabilizados.</p>
<p>Simplificação do processo de baixa para todos os empresários e pessoas jurídicas. Dispensa de certidões negativas.</p>	<p>Os empresários individuais e sociedades são obrigados a apresentar certidões negativas de débitos tributários e outras (FGTS, Receita Federal, Previdência Social, etc) para obter a baixa dos seus registros e cadastros (na Junta Comercial e fiscos).</p>	<p>Todas as empresas, inclusive as que não sejam MPE, poderão obter a baixa de seus registros e inscrições imediatamente após o encerramento das suas operações, sem a necessidade de apresentar certidões negativas de débito.</p> <p>Caso sejam identificados débitos tributários posteriormente, os sócios serão responsabilizados.</p>
<p>Redução a zero de todos os custos perante órgãos e entidades estatais relativos ao MEI.</p>	<p>A legislação hoje garante ao MEI isenção de custos para abertura, alteração e baixa, mas há divergências de interpretação no caso de alvarás, órgãos de fiscalização de profissões e vistorias.</p>	<p>A lei garante total isenção de custos para o MEI, incluindo taxas, emolumentos e contribuições relativas a órgãos de registro, licenciamento, regulamentação, anotação de responsabilidade técnica, vistoria e fiscalização do exercício de profissões regulamentadas.</p>
<p>Criação de tratamento favorecido e diferenciado no âmbito da Vigilância Sanitária .</p>	<p>O agricultor familiar, o MEI e o empreendedor de economia solidária, apesar do seu porte econômico reduzido, são onerados por custos advindos da fiscalização da Vigilância Sanitária.</p>	<p>Isenção de taxas.</p>
<p>Obrigatoriedade do tratamento diferenciado para a MPE na criação de novas obrigações estatais.</p>	<p>Os órgãos e entidades estatais criam novas obrigações sem observar condições simplificadas e favorecidas para cumprimento pelas MPE.</p>	<p>Ressalvadas as disposições já existentes na Lei Geral sobre as obrigações acessórias dos optantes do Simples Nacional, toda nova obrigação criada deve garantir tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para cumprimento por parte das MPE.</p> <p>Se a norma que criar nova obrigação não garantir esse </p>

Proposta	Como é hoje	Como ficará
		<p>▶ tratamento, ela não pode ser exigida das MPE.</p> <p>Os órgãos fiscalizadores terão prazo máximo para atendimento das demandas das MPE. Caso não seja cumprido o prazo, a nova obrigação não pode ser exigida até a realização de visita orientadora e fixação de novo prazo para regularização.</p>
<p>Criação de obrigação acessória única para as MPE. Menos burocracia.</p>	<p>Apesar da simplificação do Simples Nacional, as empresas optantes continuam obrigadas e cumprir obrigações relacionadas a outros tributos (contribuições previdenciárias descontadas dos empregados, FGTS) e de interesse estatístico (RAIS, CAGED, etc.).</p>	<p>Autoriza a criação de uma única declaração para substituir todas as informações, formulários e declarações existentes atualmente, bem como o recolhimento unificado das demais contribuições (descontadas dos empregados e do FGTS) com os tributos do Simples Nacional.</p>
<p>Incentivo à participação de microempresa e do setor de serviços no mercado externo.</p>	<p>Atualmente, somente as empresas de pequeno porte que exportam mercadorias se beneficiam da possibilidade de permanecer no Simples Nacional ainda que sua receita com exportação atinja o limite de receita admitido pelo regime (R\$ 3,6 milhões por ano).</p> <p>Ou seja, essas empresas podem faturar R\$ 7,2 milhões de reais por ano, sem perder a opção pelo Simples, desde que 50% dessa receita resulte de vendas ao mercado externo.</p>	<p>As microempresas e as prestadoras de serviços terão o mesmo incentivo para exportar, garantindo isonomia de tratamento.</p>
<p>Inclusão de qualquer microempresa e empresa de pequeno porte no acesso aos benefícios e processos desburocratizados da Lei Geral das MPE.</p>	<p>A Lei Geral das MPE cria diversos instrumentos de favorecimento, além do Simples Nacional.</p>	<p>Assegura a todas as MPE, e não somente às optantes do Simples, os benefícios da Lei Geral: simplificação dos processos de abertura e baixa, acesso aos mercados, simplificação das relações de trabalho, fiscalização orientadora, incentivos ao associativismo, estímulo ao crédito, à inovação, acesso à Justiça, entre outros.</p>

Proposta	Como é hoje	Como ficará
<p>Proteção contra cobranças fraudulentas.</p>	<p>Tornou-se comum a prática de golpes contra o MEI por meio do envio de boletos de cobrança ou oferta de serviços privados.</p>	<p>As instituições financeiras somente poderão emitir boletos de cobrança mediante autorização prévia do Comitê Gestor da REDESIM, após solicitação das associações interessadas.</p>
<p>Criação de tratamento diferenciado para as MPE no âmbito do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD.</p>	<p>Não há regras simplificadas e favorecidas para o MEI e as MPE.</p>	<p>O ECAD, ou instituição congênere, deverá observar o tratamento tributário diferenciado e favorecido previsto no art. 179 da Constituição relativamente MPE que exerçam atividade em que a obtenção de receitas de atividades relacionadas à música não seja a atividade econômica principal.</p>
<p>Possibilidade de opção pelo Simples Nacional para as empresas de transporte urbano ou metropolitano intermunicipal.</p>	<p>Há vedação de opção pelo Simples para as empresas que prestam serviços de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros.</p>	<p>Foi criada exceção para permitir o acesso ao regime tributário favorecido quando o serviço possuir características de transporte urbano ou metropolitano ou se realizar sob fretamento contínuo em área metropolitana para o transporte de estudantes ou trabalhadores.</p>
<p>Incentivo à exportação pelas MPE.</p>	<p>Apesar da possibilidade da empresa de pequeno porte exportar até o limite da receita do Simples (R\$ 3,6 milhões por ano), isso implica em carga tributária mais elevada, considerando que a determinação da alíquota a ser aplicada considera a soma da receita do mercado interno e do externo.</p>	<p>A determinação da alíquota a ser aplicada considerará as receitas internas e externas de forma destacada, garantindo maior incentivo para o crescimento da MPE no mercado externo.</p>
<p>Ampliação da possibilidade de tratamento tributário favorecido nos Estados, Distritos Federais e Municípios.</p>	<p>Atualmente, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios podem estabelecer valores fixos mensais para o recolhimento do ICMS e do ISS devido por microempresa que tenha receita bruta de até R\$ 120 mil reais anuais.</p>	<p>Fica autorizada a criação de regime de recolhimento de valor fixo mensal para o ICMS e ISS para microempresas com receita até R\$ 360 mil anuais, ampliando em três vezes o limite atual.</p>

Proposta	Como é hoje	Como ficará
<p>Ampliação da possibilidade de formalização do MEI.</p>	<p>Existe vedação para formalização como MEI na área de serviços para aqueles que atuam em atividades constantes dos Anexos IV ou V da Lei Geral, exceto quando existir autorização do Comitê Gestor do Simples Nacional - CGSN.</p>	<p>Com a universalização do Simples Nacional, o CGSN pode autorizar a formalização do MEI nas novas atividades constantes do Anexo VI (serviços intelectuais, intermediação de negócios, consultoria e outros).</p>
<p>Ampliação do tratamento favorecido ao MEI nos municípios.</p>	<p>Ainda existem municípios que não garantem ao MEI regras ainda mais simples para legalização da empresa, notadamente para inscrições fiscais e obtenção de licenças e alvarás.</p>	<p>É vedado o cancelamento de inscrição do MEI pelo município que não tenha regulamentação da classificação de risco da atividade e processo simplificado de inscrição e legalização.</p>
<p>Facilitação da inscrição do MEI em conselhos profissionais.</p>	<p>O MEI enfrenta dificuldades e excesso de burocracia quando é necessário obter inscrição perante órgãos de profissão regulamentada.</p>	<p>Garante trâmite especial e simplificado com as mesmas regras de formalização constantes da Lei Geral.</p>
<p>Facilitação para emissão de notas fiscais para as MPE.</p>	<p>Cada localidade pode adotar sistemas e procedimentos específicos para a emissão de notas fiscais, implicando em dificuldades e custos para as pequenas empresas.</p>	<p>Cria a possibilidade de emissão de notas fiscais por sistema nacional informatizado disponibilizado pela Internet, sem custos para as MPE.</p>
<p>Facilita a formalização do guia de turismo.</p>	<p>O MEI encontra dificuldades para formalização na atividade de guia de turismo.</p>	<p>Garante registro nos cadastros oficiais.</p>
<p>Impede aumentos nas contas após a formalização.</p>	<p>Após a formalização o MEI é penalizado pelo aumento nas suas contas de consumo de água, energia e outras.</p>	<p>Proíbe que as concessionárias de serviços públicos aumentem as tarifas do MEI por conta da modificação de sua condição de pessoa física para pessoa jurídica.</p>
<p>Facilitação ao MEI para cumprimento de obrigações trabalhistas.</p>	<p>Não há garantia de tratamento favorecido ao MEI, apesar desse poder manter apenas um empregado.</p>	<p>O Ministério do Trabalho e Emprego definirá procedimentos simplificados e sem custos para o cumprimento, por parte do MEI, dos programas voltados à saúde e segurança do trabalhador.</p>

Proposta	Como é hoje	Como ficará
<p>Proibição de aumento tributário ao pequeno negócio formalizado.</p>	<p>O MEI que formaliza o seu negócio e indica o endereço de sua residência pode sofrer aumento do IPTU, apesar de, normalmente, utilizá-lo apenas para correspondência, ou sem alterar a sua destinação de habitação familiar. Isso penaliza o MEI e desestimula a formalização.</p>	<p>Deve aplicar a menor alíquota vigente para o local, seja residencial ou comercial, sem prejuízo de manter isenção eventualmente existente.</p>
<p>Novos estímulos ao MEI para formalização.</p>	<p>Em determinadas legislações municipais há restrições para a participação de pessoas jurídicas na prestação de serviços públicos, como é o caso de transporte com moto, e outras.</p> <p>São leis antigas e anteriores à criação do MEI. Isso tem desestimulado a formalização de trabalhadores.</p>	<p>É vedado impor restrições ao MEI do exercício de profissão ou participação em licitações, em função da sua respectiva natureza jurídica.</p>
<p>Assegurar às MPE notificação prévia à negativação cadastral.</p>	<p>As negativações no CADIN - Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – produzem efeitos negativos para as operações das MPEs.</p>	<p>A inscrição de MPE no Cadin somente ocorrerá mediante notificação prévia com prazo para contestação.</p>
<p>Vedação para criação de novas obrigações acessórias.</p>	<p>Estados e Municípios podem criar novas exigências aos optantes do Simples, mediante a utilização de formulários e sistemas próprios.</p>	<p>Somente podem ser exigidas obrigações tributárias acessórias estipuladas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, cujo cumprimento se dará por meio do Portal do Simples na internet.</p>
<p>Garantia de disponibilização de aplicativo gratuito em caso de exigência de escrituração fiscal digital.</p>	<p>A exigência de elaboração e entrega de escrituração fiscal digital pode ser aplicada às MPE, sem garantia de tratamento diferenciado.</p>	<p>Somente poderá ser exigida das MPE com autorização específica do Comitê Gestor do Simples Nacional, se for para substituir a entrega em meio convencional, e mediante a disponibilização de aplicativo gratuito pelo fisco.</p>
<p>Previsão de apoio aos optantes do Simples Nacional e às MPE em diversas ações.</p>	<p>As MPE carecem de apoio para capacitação e orientação em relação ao cumprimento das normas do Simples Nacional, notadamente operação de aplicativos. ▶</p>	<p>Autoriza o SEBRAE a apoiar o desenvolvimento e a manutenção de soluções de tecnologia, capacitação e orientação aos optantes do Simples Nacional. ▶</p>

Proposta	Como é hoje	Como ficará
	<p>▶ Também no que se refere a outras questões da vida empresarial.</p>	<p>▶ Ainda prevê que o SEBRAE deve promover programas de sensibilização, informação, orientação e apoio, educação fiscal, regularidade dos contratos de trabalho e adoção de sistemas informatizados e eletrônicos, como forma de estímulo à formalização de empreendimentos, negócios e empregos, ampliação da competitividade e disseminação do associativismo entre as MPE.</p>
<p>Redução de multas para obrigações acessórias das MPE.</p>	<p>Ainda existem muitas regras de fixação de multa que não observam o princípio do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido.</p>	<p>As multas relativas à falta de prestação ou incorreção no cumprimento de obrigações acessórias junto aos órgãos e entidades federais, estaduais, distritais e municipais, quando em valor fixo ou mínimo, e na ausência de previsão legal de valores específicos e mais favoráveis para MEI, microempresa ou empresa de pequeno porte, terão redução de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 90% (noventa por cento) para os MEI; - 50% (cinquenta por cento) para as microempresas ou empresas de pequeno porte.
<p>Ampliação do prazo de comprovação de regularidade fiscal nas licitações.</p>	<p>A MPE que tiver vencido um certame licitatório tem 2 (dois) dias para comprovar a regularização, prorrogável por mais 2 (dois) dias, a critério da Administração.</p>	<p>A ampliação para cinco dias úteis facilita a vida das MPE, independente da discricionariedade do órgão contratante.</p>
<p>Obrigatoriedade de contratação de MPE pela Administração Pública.</p>	<p>Regra geral, a administração pública não está obrigada a adquirir bens e serviços de MPE. Hoje fica a critério do órgão contratante o direcionamento de certames para MPE.</p>	<p>A administração é obrigada a contratar de MPE sempre que o valor da licitação for de até R\$ 80 mil reais.</p> <p>No caso de obras e serviços, se a licitação for maior que esse valor e se, para cumprimento do contrato, for necessária a subcontratação, a Administração Pública poderá exigir que a contratada subcontrate MPE.</p> <p>Se a licitação for feita para aquisição de bens e serviços ▶</p>

Proposta	Como é hoje	Como ficará
		<p>▶ de natureza divisível, a Administração Pública deverá definir cota de até 25%.</p> <p>A licitação poderá dar prioridade para a contratação de MPE sediadas no local ou regionalmente, até o limite de 10% do melhor preço válido.</p>
<p>Facilitação das exportações para as MPE.</p>	<p>Hoje a MPE tem que contratar diversos serviços isoladamente para fazer a exportação: despachante, transporte e frete, armazenagem, consolidação de cargas, seguro e câmbio.</p>	<p>Fica estabelecido um regime simplificado de exportação para as MPE e criado um operador logístico e econômico, responsável por toda a operação de exportação e inclusive a coleta e entrega da carga “ponto a ponto”.</p>
<p>Ampliação da fiscalização orientadora.</p>	<p>Não há previsão expressa sobre os efeitos do descumprimento do critério da dupla visita (orientação e fixação de prazo para regularização) antes da aplicação de penalidades para as MPE.</p> <p>Não há aplicação de fiscalização orientadora no âmbito municipal no que se refere ao uso e ocupação do solo.</p>	<p>A inobservância do critério de dupla visita implica nulidade do auto de infração, independentemente da natureza principal ou acessória da obrigação.</p> <p>Ampliação da dupla visita para a fiscalização da legislação do uso e ocupação do solo.</p> <p>Os órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal deverão observar o princípio do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido quando da fixação de valores decorrentes de multas e demais sanções administrativas.</p>
<p>Ampliação do objeto das Sociedades de Propósito Específico.</p>	<p>Somente as Sociedades de Propósito Específico para compra e venda de bens são admitidas.</p>	<p>As Sociedades de Propósito Específico para aquisição e prestação de serviços passam a ser admitidas.</p>
<p>Dar tratamento simplificado e ágil, na concessão de crédito para MPE e exigir dos bancos relatório detalhado dos recursos alocados e utilizados.</p>	<p>Não há obrigatoriedade dos bancos darem um tratamento desburocratizado na concessão de crédito para MPE e apresentarem justificativas para eventual desempenho negativo na aplicação dos recursos.</p>	<p>Os bancos terão que desburocratizar o processo de concessão de crédito para MPE (que faturam efetivamente até R\$ 3,6 milhões), bem como justificar pormenorizadamente a não utilização dos recursos previstos em seus orçamentos.</p>

Proposta	Como é hoje	Como ficará
O Microcrédito Produtivo Orientado deverá privilegiar os MEI e as ME.	Os bancos para cumprirem suas metas tem privilegiado o crédito para pessoas físicas.	Os bancos públicos e privados não poderão contabilizar, para cumprimento de metas, empréstimos realizados a pessoas físicas, ainda que sócios de empresas, como disponibilização de crédito para MPE.
Criação de diretriz para os fundos garantidores de crédito.	Os fundos garantidores de crédito não são específicos para operações com MPE até R\$ 3,6 milhões. Utilizam critérios diferentes de classificação com valores superiores de porte.	Com a criação de diretriz os fundos garantidores atenderão, sempre que possível, MPE com receita nos termos da Lei Geral das MPE.
Obrigatoriedade da divulgação pelo Banco Central dos resultados das operações de crédito concedidos pelos Bancos às MPE.	O Banco Central pode divulgar os resultados das operações de crédito.	A obrigatoriedade vai provocar uma competição de resultados entre as instituições na concessão de crédito para MPE (que faturam efetivamente até R\$ 3,6 milhões), tendo em vista a divulgação.
Criação de serviço de apoio à inovação de MPE pela internet.	As universidades, institutos de pesquisa e entidades de fomento devem apoiar as MPE por meio de instrumentos tradicionais, principalmente oferta de recursos por meio de editais para concorrência de projetos.	As universidades, institutos de pesquisa e entidades de fomento devem se articular para apoiar um serviço on line de acesso à solução de inovação e solicitação de apoio técnico ou pesquisas para problemas específicos de MPE.
Garantia da livre circulação de títulos de crédito ou direitos.	As MPE sofrem restrições para a emissão e circulação de títulos de crédito ou direitos creditórios. Isso é comum nas vendas de produtos e serviços das MPE para grandes empresas, prejudicando a livre administração de seus recursos.	Fica vedado o uso de cláusulas contratuais restritivas às MPE.
Definição de metas de apoio à inovação às MPE bem como criação de programas de extensão para remuneração de agentes de inovação.	As universidades, institutos de pesquisa e entidades de fomento não tem metas objetivas e quantitativas de atendimento às MPE, somente metas orçamentárias. Por outro lado, não há um programa que permita remunerar pesquisadores e agentes de inovação que prestem serviços específicos às MPE.	As universidades, institutos de pesquisa e entidades de fomento terão necessariamente que atender MPE (que faturam efetivamente até R\$ 3,6 milhões) conforme metas fixadas. Além disso, deverão criar programas para que pesquisadores e extensionistas possam ser remunerados caso atendimento das demandas captadas feitas diretamente pelas MPE.

Proposta	Como é hoje	Como ficará
<p>Valorização do agente de desenvolvimento.</p>	<p>A Lei Geral prevê que o município deve designar Agente de Desenvolvimento, que atuará articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais ou comunitárias, individuais ou coletivas, que visem ao cumprimento das disposições e diretrizes da Lei das MPE, sob supervisão do órgão gestor local responsável pelas políticas de desenvolvimento.</p> <p>Apesar da sua importância, ainda há grandes desafios para garantir a sua atuação nas ações locais.</p>	<p>Previsão de que o agente de desenvolvimento deve possuir formação ou experiência compatível com a função a ser exercida e ser preferencialmente servidor efetivo do município.</p>
<p>Garantia do direito à informação e à transparência.</p>	<p>As MPE encontram muita dificuldade para identificar, nos vários âmbitos do Estado, a legislação a elas aplicável.</p> <p>Existe grande complexidade e falta de transparência no acesso a informações sobre vigência dessa legislação.</p>	<p>Os Poderes Executivos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios expedirão, anualmente, até o dia 30 de novembro, cada um, em seus respectivos âmbitos de competência, decretos com a consolidação da legislação aplicável relativamente às MPE.</p>
<p>Revisão das normas de recuperação judicial e de falência para as MPE.</p>	<p>Não existe tratamento diferenciado para as MPE.</p>	<p>Reduz o valor de remuneração do administrador judicial de ME e EPP em recuperação, de 5% (cinco por cento) para 2% (dois por cento).</p> <p>Destaca representante de credores ME e EPP, o que repercute na votação do plano de recuperação judicial.</p> <p>Reduz de 8 (oito) para 5 (cinco) anos o prazo necessário para solicitação de nova recuperação judicial.</p> <p>Determina que ME e EPP obterá prazo 20% (vinte por cento) superior aos das demais empresas para parcelamento de débitos junto às fazendas públicas e ao INSS.</p>
<p>Garantia de acesso aos Juizados Especiais .</p>	<p>Há dúvida na interpretação da lei atual sobre o acesso das MPE aos juizados especiais cíveis.</p>	<p>Assegura o direito aos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.</p>



ACEITAÇÃO UNÂNIME

Na noite de 16 de julho, em apenas 15 minutos, o Senado aprovou, por unanimidade, com 56 votos favoráveis, o projeto de lei que universaliza o Simples Nacional. O projeto foi votado pelos senadores como veio da Câmara dos Deputados – onde o texto base fora aprovado também por unanimidade, com mais de 470 votos.